

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº: **280051-5/ Comarca de Afogados da Ingazeira - PE**

Apelante: **BANCO BV Financeira S/A.**

Apelado: **Danilo da Silva Lopes**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Acórdão**

**EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. MÚTUO BANCÁRIO. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TAXA DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). TAXA DE SERVIÇO DE TERCEIROS. COBRANÇA. ABUSIVIDADE. OCORRÊNCIA. RECURSO IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Sendo os serviços prestados pelo Banco remunerados pela cobrança dos juros remuneratórios, a cobrança de tarifa dos consumidores tais como "taxa de abertura de crédito" (TAC), "taxa de emissão de carnê" (TEC) e taxa de serviço de terceiros é incompatível com a boa-fé e a equidade, pois onera excessivamente o mutuário e desequilibra a relação contratual. Incidência do art. 51, inciso IV do CDC.
2. A cobrança de taxas ou tarifas abusivas constitui enriquecimento sem causa por parte das instituições financeira, pois há "dupla remuneração" pelo mesmo serviço, importando em vantagem exagerada dos Bancos em detrimento dos consumidores, razão pela qual abusiva a cobrança da tarifa, nos termos do art. 39, V, do CDC c/c art. 51, § 1º, I e III, do CDC.
3. Recurso de apelação improcedente. Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Apelação nº 280051-5**, em que figuram como apelante o **BANCO BV Financeira S/A.** e, como apelado, **Danilo da Silva Lopes**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de apelação interposto pelo **BANCO BV Financeira S/A.**, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de  de 2013.

**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**

fwsd



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº: **280051-5** **Comarca de Afogados da Ingazeira - PE**

Apelante: **BANCO BV Financeira S/A.**

Apelado: **Danilo da Silva Lopes**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Relatório**

Cuida-se de apelação cível interposta pelo **BANCO BV Financeira S/A.** em face de sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Afogados da Ingazeira - PE nos autos da Ação Declaratória de nulidade Contratual nº 0001887-49.2001.8.17.0110 proposta pelo **Danilo da Silva Lopes**, a qual julgou **procedente** a demanda, para condenar o apelante a restituir em dobro as quantias cobradas do apelado a título de "Taxa de Abertura de Crédito" (TAC), "Taxa de Emissão de Carnê" (TEC) e Taxa de Serviço de Terceiros, além das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Em sede de apelação (fls. 66/73) o recorrente alega, em suma, a legalidade da cobrança dos referidos encargos, por não violarem nenhum dispositivo legal e estarem em consonância com o Código de Defesa do Consumidor, além de encontrarem amparo nas resoluções nº. 3517/07 e 3518/07 do Banco Central.

O apelado, por sua vez, sustenta nas contra-razões de fls. 80/82 a ilegalidade da cobrança dos mesmos encargos sob o argumento de que estes constituem ônus financeiros decorrentes da própria atividade empresarial explorada pelo banco apelante, razão pela qual a sua transferência para o consumidor é abusiva, por colocá-lo em situação jurídica de desvantagem exagerada.

É o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 18 de Dezembro de 2012.

**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**

fwsd

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível nº: **280051-5** Comarca de Afogados da Ingazeira - PE

Apelante: **BANCO BV Financeira S/A.**

Apelado: **Danilo da Silva Lopes**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

**Voto**

A controvérsia circunda o provimento jurisdicional proferido pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Afogados da Ingazeira - PE que julgou **PROCEDENTE** a demanda para condenar o banco réu a restituir em dobro as quantias cobradas do apelado a título de "Taxa de Abertura de Crédito" (TAC), "Taxa de Emissão de Carnê" (TEC) e Taxa de Serviço de Terceiros, além das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

O recurso se mostra em condições de juízo de admissibilidade positivo, reunindo tempestividade e demais requisitos procedimentais necessários a seu conhecimento, razão pela qual adentro o mérito da contenda.

A pretensão do autor na presente ação indenizatória se fundamenta na suposta ilegalidade da cobrança de "Taxa de Abertura de Crédito" (TAC), "Taxa de Emissão de Carnê" (TEC) e Taxa de Serviço de Terceiros pela instituição financeira com qual celebrou um contrato de mútuo para financiar a aquisição de um veículo garantido em alienação fiduciária.

A sentença recorrida acolheu a tese do apelado de que os custos administrativos decorrentes da abertura de crédito e da emissão de carnê de cobrança, bem como as despesas decorrentes da prestação de serviços de terceiros envolvidos na execução do contrato celebrado entre as partes consistem em ônus próprio da atividade empresária explorada pelo recorrente, cuja transferência para o consumidor do serviço caracteriza prática abusiva por colocá-lo em situação de desvantagem exagerada.

A tese acolhida encontra respaldo na jurisprudência de diversos Tribunais de Justiça que vêm admitindo a ilegalidade da cobrança dos referidos encargos por considerar que estes não correspondem a qualquer contra-prestação em benefício do consumidor, sendo nulas, porque abusivas, as cláusulas que os prevêm, nos termos do inciso IV do art. 51 da Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor. Dentre os precedentes citados nos autos:

1. TJRS. Embargos Infringentes nº 70040586026. Sétimo Grupo de Câmaras Cíveis. Rel. Des. Roberto Sbravati. Data do Julgamento: 18/03/2011. (contra-razões do apelado - fls. 80/82);
2. TJPE. Apelação Cível nº 3540720118171290. Quinta Câmara Cível. Rel. Des. Itabira de Brito Filho. Data de julgamento: 07/12/2011. (sentença - fls. 61/64);
3. TJRS. Apelação Cível nº 70027356450. Décima Terceira Câmara Cível. Rel. Des. Breno Pereira da Costa Vasconcelos. Data do Julgamento: 04/12/2008. (Petição Inicial - fl.02/06);
4. TJSE. Apelação Cível nº 2009200259. Segunda Câmara Cível. Rel. Des. Osório de Araújo Ramos Filho. Data de julgamento: 14/04/2009. (sentença - fls. 61/64).

Assim sendo, comungo do entendimento esposado pelo magistrado singular por entender que as tarifas impugnadas pelo autor/apelado são manifestamente abusivas ao consumidor, pois toda análise necessária à concessão do crédito constitui ônus da instituição mutuante, não se tratando de serviço prestado em prol do mutuário-consumido, de modo que a abertura de crédito, a emissão do boleto de cobrança e a tarifa de cobrança bancária são serviços inerentes à própria atividade econômica da instituição financeira.

A cláusula que estipule o repasse dessa tarifa ao mutuário é nula de pleno direito, pois coloca o consumidor em desvantagem exagerada, desequilibrando sobremaneira a relação, incompatível, portanto, com a boa-fé e a equidade (art. 51, inciso IV do Código de Defesa do Consumidor), uma vez que não há contraprestação ofertada pelo Banco distinta da própria oferta de financiamento, a qual já é remunerada pelos juros, que, desta forma, remunera-se duplamente pelo serviço já oferecido.

Neste contexto acrescento aos julgados já citados na decisão recorrida outros precedentes que entendo oportunos, os quais ilustram a posição adotada por esta Corte de Justiça em diversas outras causas:

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. LEGITIMIDADE. ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA SOB EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO. (...) 7. Sendo os serviços prestados pelo Banco remunerados pela tarifa interbancária, conforme referido pelo Tribunal de origem, a cobrança de tarifa dos consumidores pelo pagamento mediante boleto/ficha de compensação constitui enriquecimento sem causa por parte das instituições financeira, pois há "dupla remuneração" pelo mesmo serviço, importando em vantagem exagerada dos Bancos em detrimento dos consumidores, razão pela qual abusiva a cobrança da tarifa, nos termos do art. 39, V, do CDC c/c art. 51, § 1º, I e III, do CDC. 8. O pedido de indenização pelos valores pagos em razão da cobrança de emissão de boleto bancário, seja de forma simples, seja em dobro, não é cabível, tendo em vista que a presente ação civil pública busca a proteção dos interesses individuais homogêneos de caráter indivisível. 9. A multa cominatória, em caso de descumprimento da obrigação de não fazer, deverá ser destinada ao Fundo indicado pelo Ministério Público, nos termos do art. 13 da Lei n. 7.347/85, uma vez que não é possível determinar a quantidade de consumidores lesados pela cobrança indevida da tarifa sob a emissão de boleto bancário. 10. Recursos especiais conhecidos em parte e, nesta parte, providos." (STJ, REsp 794.752/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2010, DJe 12/04/2010 RSTJ vol. 218, p. 408) - [Destaquei]**

Do Tribunal de Justiça de Pernambuco

**"APELAÇÃO CÍVEL - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - PEDIDO DE REVISÃO E ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS - SÚMULA 596 DO STF - PRÁTICA DO MERCADO FINANCEIRO - ATIVIDADE LUCRATIVA DOS BANCOS - LIBERDADE DAS TAXAS DE JUROS REAIS - MERCADO FINANCEIRO - TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO E EMISSÃO DE BOLETOS - VEDAÇÃO DO REPASSE AO CONSUMIDOR DE TARIFAS CORRESPONDENTES ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - EXCESSO PAGO DEVE SER DEVOLVIDO - ART. 42, §2º, DO CDC - APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA - UNANIMIDADE." (TJPE, AP nº 221766-7 / Recife, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. José Carlos Patriota Malta, j. 31.03.2011, p. 08.04.2011) - [Destaquei]**

Do Tribunal de Justiça do Paraná

**"APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL. MÚTUO. GARANTIA FIDUCIÁRIA. FORÇA OBRIGATORIA DOS CONTRATOS. MITIGAÇÃO. ABUSIVIDADE. MODIFICAÇÃO DO CONTEÚDO DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. TAC, TEC E SERVIÇOS DE TERCEIRO. ILICITUDE. AFASTAMENTO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO." (TJPR, Apelação Cível nº 844616-2, 17ª Câmara Cível, Rel. Des. Vicente Del Prete Misurelli, j. 15/02/2012) - [Destaquei]**

Do Tribunal de Justiça de São Paulo

**"REPETIÇÃO INDEBITO Contrato de Financiamento de motocicleta. Tarifa de abertura de crédito (TAC, TEC e IOF). Abusividade evidenciada Inteligência do art. 51, do Código de Defesa do Consumidor. Precedentes desta Egrégia 14ª Câmara de Direito Privado Recurso provido para esse fim, invertido o ônus da sucumbência."** (TJSP, Apelação Cível nº APL 0002043-95.2011.8.26.0333, 14ª Câmara de Direito Privado, Relª. Desª. Lígia Araújo Bisogni, j. 19/09/2012, p. 21/09/2012) – [Destaquei]

Do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

**"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL (INCIDÊNCIA DO CDC, TAC, TEC, COMPENSAÇÃO DE VALORES E REPETIÇÃO). Tendo a sentença reconhecido a possibilidade da revisão contratual consoante às disposições do CDC; declarado a nulidade da cobrança da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e a possibilidade da compensação de valores e a repetição do indébito, a parte autora/apelante se apresenta, nestes pontos, carecedora de interesse recursal, impondo-se o não conhecimento do recurso quanto às matérias. (...) Apelação Cível parcialmente conhecida e, nesta parte, parcialmente provida."** (TJRS, AC 70052094091, 13ª Câmara Cível, Relª Desª Lúcia de Castro Boller, j. 13/12/2012, p. 18/12/2012) – [Destaquei]

Diante do exposto, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apelatório interposto pelo **BANCO BV Financeira S/A.**, para manter inalterada a sentença recorrida, por seus próprios e bastantes fundamentos.

É como voto.

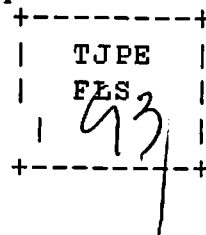
Recife, 25 de

2013.

**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**

fwsd

0001887-49.2011.8.17.0110(280051-5) Ap



## RECEBIMENTO

Nesta data recebi os presentes autos.

Recife, 20 de dezembro de 2012

*Cristiane*  
Diretoria Cível

## CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao  
Desembargador(a) Francisco Manoel  
Tenorio dos Santos

Recife, 20 de dezembro de 2012

*Cristiane*  
Diretoria Cível

Revisados. A Junta.

Em 24/01/13.

J.F.F.

Revisor